

PRAÇA OITO

A opção pelo ataque

O primeiro debate entre os candidatos ao Governo do Estado, promovido no domingo pela TV Capixaba, foi marcado pelos ataques do deputado Max Mauro (PTB) ao senador Paulo Hartung (PSB), e ainda pela participação dos cinco candidatos de pouca expressão, do PSDB, PFL, PSTU, PTN e PCO. Juntos, eles têm apenas 4% das intenções de voto. Mas, por exigência da legislação eleitoral, eles têm assento garantido nos debates e acabam reduzindo as possibilidades de confronto direto entre os dois candidatos favoritos.

Max teve direito a dois questionamentos dirigidos a Hartung, em que atacou suas alianças e sua trajetória partidária. Foram os momentos de maior tensão.

Na primeira pergunta, Max tentou associar o senador ao PFL de José Carlos Gratz, batendo, por tabela, no prefeito Theodorico Ferraz, que seria o elo entre os dois, e ainda em Lelo Coimbra (PSB). "Você não teve zelo na hora de escolher seu vice", disse Max.

O senador demonstrou irritação mas respondeu. Negou esse apoio do PFL, de que de fato não se tem notícia, e acrescentou: "O deputado rompeu comigo sem dar explicações e agora fica procurando discurso".

Justamente por não estar satisfeita com o andar da carruagem é que a ala de Gratz quer trocar a candidatura de Haroldo Santos Filho pela de Walter De Prá no PFL. Ele e o senador são adversários declarados. E Lelo e Ferraz são lideranças que até ontem o

seu desligamento do partido e seu apoio a Hartung.

A segunda pergunta revelou-se mais vulnerável. Max questionou como um eleitor poderia "confiar" num senador que se elegeu pelo PSDB, migrou para o PPS e na última hora migrou de novo para o PSB. O senador respondeu que a vida partidária de todos é frágil, lembrando que o PTB do deputado é presidido por José Carlos Martinez, ex-sócio de PC Farias. Max passou também pelo PMDB e PMN.

O senador pode ter seus pontos fracos mas o deputado não soube explorá-los.



Para o telespectador, não ficaram claras as razões do rompimento entre os dois. E o rigor com que o deputado cobra coerência partidária não existe nem em sua coligação. Haroldo, ao ver seu partido ser chamado de "banda padre", lembrou que lideranças do PFL apoiam

Ciro Gomes (PPS), candidato de Max. Este, aliás, foi outro erro do deputado. Ele gastou munição brigando para baixo, oferecendo combate a um candidato que tem 1% nas pesquisas.

Hartung beneficiou-se de uma certa sintonia com os candidatos do PSDB e PFL, e acabou aproveitando melhor o tempo. Falou sobre saneamento, transporte, violência e sua atuação parlamentar. O deputado praticamente se restringiu ao crime organizado. No encerramento, como que percebendo que o balanço não era positivo, tentou variar. Apresentou um programa de governo, "O Timoneiro", que foi elaborado pelo PDT. Lembrou a austeridade de

Ignácio é denunciado no STJ por empréstimo

Brindeiro também denunciou Gentil Ruy e outras nove pessoas

ANDRÉIA LOPES

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, apresentou denúncia no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra o governador José Ignácio Ferreira (PTN), o cunhado dele, Gentil Ruy, e outras nove pessoas. A denúncia diz respeito ao inquérito 316, que apura o empréstimo de R\$ 2,6 milhões tomado por Ignácio junto ao Banestes, em 1998, sem garantias, para cobrir gastos de campanha.

O procurador pede que Ignácio e Gentil sejam denunciados na lei que define os crimes contra o sistema financeiro (Lei do Colarinho Branco) e também na legislação de fraude eleitoral. O documento diz que os dois obtiveram, "mediante fraude, financiamento do Banestes". Os demais denunciados são dirigentes que atuavam no Banestes na época que o empréstimo ocorreu e empresários do ramo da construção civil e de exportação que quitaram a dívida do governador junto ao banco.

Arquivo

A decisão de Brindeiro foi tomada um mês após ele ter decidido arquivar o pedido de intervenção federal no Espírito Santo. Integrantes da missão especial que atuam no Estado disseram que a agilização dos processos contra Ignácio que tramitam em Brasília está entre os objetivos do grupo. Há informações de que outros dois inquéritos contra Ignácio - o 310 e o 306 - estão nas mãos de Brindeiro para serem apreciados.

A denúncia relata atos de "gestão temerária", "fraude

na obtenção do empréstimo" e "falsidade na prestação de contas à Justiça Eleitoral".

Segundo a documentação, em 1998, o governador e seu cunhado abriram uma conta no Banestes para movimentar os gastos de campanha. Em outubro, no entanto, a conta apresentava um saldo negativo de R\$ 2,6 milhões. Foi aberta, então, uma outra conta e realizado um saque a descoberto no Banestes no valor de R\$ 2,6 milhões.

Favor

"A valer, o que se viu foi a utilização pelo então candidato José Ignácio Ferreira do cargo que assumiria no início do ano de 1999 em seu próprio favor", diz o documento.

Os R\$ 2,6 milhões sacados a descoberto foram repassados a Osmair Bernardino, que representava as empresas CEC, HMG e Target. Esse dinheiro, por sua vez, foi parar na primeira conta que estava negativa. "O que se viu foi a concessão de empréstimo pelo Banestes para pagamento dos débitos de campanha do então candidato José Ignácio", diz a denúncia.

O saldo negativo da segunda conta que foi aberta foi quitado, posteriormente, em 30/12/98, às vésperas da posse de Ignácio. Os depósitos foram efetuados, segundo a denúncia, pela empresa CEC e HMG. "Contudo, esses depósitos somente foram possíveis em razão dos créditos rotativos abertos em favor dessas empresas em agências do Banestes", relata a denúncia.

"Tais operações permitem entrever, uma vez mais, que a maior parte dos recursos que subsidiaram a campanha eleitoral de José Ignácio Ferreira ao Governo do Estado do Espírito Santo foi suprida por aquilo que o Banestes chama de 'adiantamentos a depositantes' diretamente ao próprio José Ignácio e, posteriormente, por meio de crédito rotativo concedido às empresas", diz a denúncia.

O que diz a denúncia

Geraldo Brindeiro decidiu denunciar o governador José Ignácio, o cunhado dele, Gentil Ruy, e outras nove pessoas no inquérito que apura o empréstimo de R\$ 2,6 milhões tomados pelo governador junto ao Banestes, em 1998. O processo tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Brindeiro argumentou que há indícios de que Ignácio e Gentil cometeram crimes contra o sistema financeiro e crime eleitoral.



Conta B	• Segundo a denúncia, José Ignácio e Gentil Ruy abriram uma conta no Banestes para movimentar os gastos de campanha, que foi chamada de conta B
Conta A	• O governador, por sua vez, já era correntista do Banestes como pessoa física e essa conta foi chamada pelo procurador de conta A
2,6 milhões	• A partir de 29/10/98 foram descontados diversos cheques a descoberto da conta B, que chegou a apresentar saldo negativo de R\$ 2,6 milhões
Saldo	• Ignácio e Gentil, segundo a denúncia, se reuniram com o comitê interno do Banestes "a fim de engendrar uma solução para o altíssimo saldo negativo da conta B"
Conta C	• Foi criada, então, uma terceira conta no Banestes, chamada de conta C. O banco, tomando como garantia "tão-somente uma nota de crédito emitida por José Ignácio" autorizou um saque a descoberto no valor de R\$ 2,6 milhões
Repasse	• Segundo a denúncia, o valor obtido pela conta C foi repassado a Osmair Bernardino, que figurava como procurador das empresas Construtora CEC Ltda, HMG Engenharia e Target
Doação	• Osmair fez a transferência de todo o valor a descoberto para a conta de campanha do então candidato José Ignácio - conta B - a título de doação
Empréstimo	• "Em última análise, o que se viu foi a concessão de empréstimo pelo Banestes para pagamento dos débitos de campanha do então candidato José Ignácio", diz a denúncia
Fraude	• A denúncia diz ainda que "toda a operação de obtenção de empréstimo e consequente transferência para a conta B, para saldar dívidas de campanha, foi planejada e administrada por Gentil Ruy e Ignácio, que possuíam o domínio final do fato criminoso, consistente na obtenção, mediante fraude, do financiamento do Banestes"
Declaração	• A documentação fala ainda em "falsidade da declaração inserida na prestação de contas à Justiça Eleitoral"
Negativado	• O saldo da conta C, segundo a denúncia, ficou negativo até 29/12/98
Depósito	• Em 30/12/98, às vésperas de tomar posse, a conta C recebeu depósitos que totalizaram R\$ 2.846.000, cobrindo o saldo devedor
CEC e HMG	• Os depósitos foram efetuados pelas empresas CEC e HMG
Crédito	• Esses depósitos, no entanto, só foram possíveis em razão de créditos rotativos abertos em favor dessas empresas em agências do Banestes
Documento	• Brindeiro encaminhou um outro documento ao STJ. Ele relatou que a empresa Target - que apresenta capital de R\$ 1 milhão - figura no Banestes como beneficiada por vários empréstimos obtidos com recursos do Fundap. "Em 15/05/99 consta o mais expressivo deles, no valor de R\$ 1.479.600,46. Esse empréstimo teria sido liberado em 10/08/99. Infere-se dos autos indícios de que tais recursos foram utilizados em desacordo com a sua destinação específica, como exige o Fundap", diz a documentação.

deputado tinha em alta conta. O primeiro era destacado como um dos poucos opositoristas na Assembleia Legislativa, ao lado de Max Filho (PTB) e de Cláudio Vereza (PT). E o PTB fez o que pôde para segurar Ferraço, evitando

sua gestão, quando a capacidade de investimento do Estado era de 22% da receita, e disse lamentar só ter sido questionado sobre segurança. Não foi bem assim. Quando teve oportunidade de propor o debate, ele optou pelo ataque.

■ Fax para a coluna: 3321-8633 - e-mail: ahees@redegazeta.com.br

Nabor acha difícil ver denúncia acatada

O advogado Nabor Bulhões, que atua na defesa do governador José Ignácio Ferreira (PTN), afirmou que a operação realizada junto ao Banestes “pode não ser comum, mas não é ilegítima e nem criminoso”. Ele disse achar difícil que a denúncia seja acatada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

“Em razão da complexidade da operação, resolveram especular sobre esse assunto e falar em crime. Mas eu não vejo qual crime foi cometido. Existe ainda uma outra coisa: quantas denúncias o STJ não aceitou? Eu acredito que o procurador-geral da República corre o risco de ter sua denúncia rejeitada”, assinalou Bulhões.

Na avaliação do advogado, o governador José Ignácio não cometeu crimes contra o sistema financeiro e nem fraude eleitoral. “Isso parece até coisa de outro mundo. Quero ver o que ele está argumentando para dar sustentação a isso”, disse.

Acesso

Até a noite de ontem, Nabor Bulhões não tinha cópia da denúncia elaborada pelo procurador-geral da República Geraldo Brindeiro. Ele

disse que tentou ter acesso no Ministério Público Federal e no STJ, mas não conseguiu. “Estou me valendo das informações da imprensa para falar sobre o caso”, disse.

Ele se disse “surpreso e desuportado” com o fato de a denúncia ter sido oferecida. “Eu volto a dizer que a operação realizada não constitui crime algum. A prestação de contas dos gastos de campanha foi aprovada pelo Tribunal Regional Eleitoral e, posteriormente, pelo Tribunal Superior Eleitoral. Trata-se de uma matéria liquidada”, argumentou.

Ignácio, por sua vez, preferiu não se manifestar pessoalmente sobre o caso dizendo que não foi comunicado formalmente da decisão de Brindeiro. A GAZETA entrou em contato com o advogado Hélio Maldonado Jorge, que atua na defesa de Gentil Ruy, mas ele também preferiu não se manifestar antes de conhecer o conteúdo da denúncia.

Já o ex-presidente do Banestes, Deodete Lorenção, que estava à frente do banco na época do empréstimo, disse que “as operações foram pagas, o banco obteve lucro e não houve prejuízo”. “Não houve gestão temerária”, argumentou.

Andamento vai depender da Assembleia

Para que o processo que tramita contra o governador José Ignácio Ferreira (PTN) tenha andamento, a Assembleia Legislativa precisar dar uma autorização. O governador também será notificado para que apresente a defesa prévia e, posteriormente, a denúncia será analisada pelo ministro-relator no Superior Tribunal de Justiça, Barros Monteiro. As informações constam da denúncia apresentada pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

Caso a Assembleia Legislativa não decida sobre o pedido de licença no prazo máximo de 90 dias, o procurador-geral pede o desmembramento do processo para que a ação prossiga em relação aos outros denunciados que não possuem prerrogativa de foro privilegiado.

Imediato

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa já informou, no entanto, que, assim que o pedido para processar o governador chegar à Casa, será analisado imediatamente pelos deputados estaduais. A tendência, segundo a Mesa, é de que a autorização seja concedida.

Governador responde a mais dois inquéritos

Outros dois inquéritos contra o governador José Ignácio Ferreira (PTN) estão tramitando no Superior Tribunal de Justiça (STJ). No inquérito 306, o governador é acusado de crimes contra a administração pública, malversação de dinheiro público, enriquecimento ilícito, liberação de verbas públicas, advocacia administrativa, excesso de exação e ilícitos penais e tributários.

O segundo inquérito é o 310, em que Ignácio é acusado de crimes contra a administração pública, pois teria lesado a Coopetfes, a Cooperativa de Crédito dos Servidores da Escola Técnica, e a Creditel, Cooperativa dos Servidores das Empresas de Telefonia.

Desmembramento

Em uma das fases de andamento do processo, a subprocuradora-geral da República, Delza Curvello Rocha, pediu o desmembramento de alguns documentos para que as acusações sejam investigadas separadamente, com o objetivo de permitir que as apurações ocorram “com maior autonomia”.



pontoK

Kfuri Fatos & Efeitos

DESTAQUE



Confira histórias curiosas do Presidente do FINDES (Federação das Indústrias do Espírito Santo), FERNANDO ANTÔNIO VAZ.

NO STRESS



Para o empresário JOSÉ LUIZ GALVÉAS, Diretor da GALWAN Engenharia, só tem um jeito de dar uma “raquetada” nas tensões do dia-a-dia: em uma boa partida de tênis.

3º SETOR



O Dr. CARLOS MAGNO BORTOLINI, voluntário na captação de recursos da ACACCI (Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil), mostra como empresas estão dando apoio ao projeto-selo “COMPROMISSO COM A CRIANÇA”.



Sábado às 19h na BAND/TV Capixaba
Horário Alternativo: Domingo às 8:30h

contato@kfuripontok.com.br • 3200 3711